

COMO FAZER UMA SOCIOLOGIA DA SINGULARIDADE?¹ AUTORIA E CAMPO LITERÁRIO

Andréa Borges LEÃO²

RESUMO: Se o ponto de partida de uma sociologia do estatuto do criador em literatura é o funcionamento social das obras e das condições de sua produção em um espaço de posicionamentos específicos, o percurso da análise deve acompanhar a lógica dos valores que fundamenta o trabalho de criação. A moderna atividade literária não escapa às tensões entre a afirmação dos valores associados à singularidade do indivíduo e as regras coletivas que configuram e orientam as relações no mundo literário, a exemplo dos poderes de consagração e reconhecimento. Daí os embates entre as formas de comportamento individual e a organização das instituições sociais que regulam o trabalho literário. O objetivo deste artigo é situar o escritor, enquanto sujeito historicamente submetido a um “regime de singularidade”, face à estrutura do campo literário. Para tanto, estabelece um possível diálogo entre a abordagem compreensiva da socióloga Nathalie Heinich e a ciência das obras elaborada por Pierre Bourdieu.

PALAVRAS-CHAVE: Campo literário. Singularidade. Autoria literária. Direito do autor. Instituições literárias.

Introdução

Se, na ordem de valores do mundo moderno, o específico da obra de arte é opor os “regimes de singularidade” aos “regimes de comunidade” (HEINICH,

¹ A questão que inspira a redação deste texto encontra diversas respostas na obra da socióloga francesa Nathalie Heinich. Gostaria de chamar a atenção do leitor para o livro *Être écrivain. Création et identité* (2000), principalmente para o último capítulo *Pour une sociologie de la singularité*, em que a autora apresenta os princípios da sociologia compreensiva praticados na análise literária, e que são desenvolvidos neste artigo.

² Doutora em sociologia. UFC – Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Fortaleza – CE – Brasil. 60020-110 – dealeao@gmail.com.

2007a), suas criações, como a literatura, não poderiam escapar às tensões entre a afirmação dos valores centrados no indivíduo, a criatividade e o poder de inovação dos escritores, e as regras comuns que configuram e orientam as relações no mundo literário. Tais conflitos começam por demonstrar um paradoxo estrutural – do ponto de vista do escritor, o amplo movimento que funda a sua emancipação e autonomia é o mesmo que descreve a história da formação das instituições literárias. O mundo literário configura-se por meio de dependências recíprocas entre os comportamentos individuais e a organização de instituições com seus poderes de consagração e reconhecimento, a exemplo das academias de letras, dos salões, do mercado editorial, etc. O jogo das interações concretas e as lutas de posicionamentos entre os pares em concorrência elucidam a dinâmica dessas configurações e dos efeitos que ela induz. Daí se explica a produção da eficácia simbólica das obras e, do mesmo modo, a formação das disposições elementares e duráveis dos *habitus* de seus produtores e receptores, desde os escritores que as concebem na solidão do trabalho individual e na intimidade de suas consciências, passando pelos profissionais da edição e comércio de livros, até as disposições e *habitus* de leitores especializados ou anônimos.

De acordo com Pierre Bourdieu (1996), as particularidades do mundo literário são conquistadas historicamente na medida de sua maior ou menor subordinação estrutural aos poderes exercidos pelas instituições e elites sociais, como a Igreja e o Estado. A teoria da literatura de Pierre Bourdieu parte, então, do processo histórico de formação, laicização e autonomização dos universos literários, denominados campos, que se definem por um conjunto de relações objetivas e específicas às suas estruturas e cronologias.

Na história dos campos, os escritores vão assumindo posições específicas, muitas vezes levados por seus desejos de independência, e atribuindo significados às suas identidades e aos frutos de suas criações, em concordâncias e discordâncias entre si. Interessa destacar que esses significados são elaborados em um universo de valores inversos aos valores do mundo ordinário, da economia e do mercado. No entanto e um pouco além das formulações do sociólogo, a investigação do regime de valores que circula em cada campo e que justifica as modernas associações entre genialidade e autoria não deve se limitar à definição do que é legítimo e ilegítimo de acordo com a posse privada de capitais, simbólico e cultural, e com as lutas para preservá-lo ou transformá-lo por parte de agentes que se atribuem o poder das definições e validações. Pensar as práticas literárias é, sobretudo, tomar como objeto a investigação das multiplicidades de representações atribuídas a essas práticas. É levar em conta a constituição dos lugares de singularidade e compreender a variedade das disposições culturais e, em consequência, dos modos de criação, mediação e de recepção das obras.

Fazer sociologia com o texto literário implica, antes de tudo, a compreensão de seu funcionamento social, dos valores e das representações que mobiliza nos atores sociais envolvidos com o trabalho de criação. Como observa Heinich (2007a), fazer sociologia com o texto literário significa passar da busca das significações internas às obras para o estudo dos usos coletivos da ficção, que cria referências culturais e comunidades de interesses. É uma propriedade da literatura permitir a articulação entre as experiências mais subjetivas e as mais coletivas e gerais.

O principal objetivo deste artigo é possibilitar uma discussão sobre o estatuto do criador em literatura, situando-o face às regras e sanções do campo literário. A autorepresentação do escritor contemporâneo sobre sua própria singularidade, as ambivalências que opõem o homem à obra, dividindo-o em metades, é ilustrada por um conto de Jorge Luis Borges. Nele se encontra uma teoria do exercício da atividade literária – a organização de um sistema de valores sobre o que é singular nesta atividade e o que faz a grandeza de um escritor, algo que talvez explique as razões do que o sociólogo Sérgio Miceli (2007) poderia entender como o “prolongado efeito Borges”.

A singularidade literária é considerada como um regime específico de valores organizados socialmente e que não se encontra no mesmo plano metodológico das ilusões de gênios individuais a serem desvendadas ou denunciadas no trabalho de interpretação das obras (HEINICH, 2002).

[...] ao abandonar a denúncia das relações de dominação, observar as relações de interdependência para compreender como, especialmente na arte, o reconhecimento recíproco é um requisito fundamental da vida social e pode exercer-se sem que se converta em uma relação de força ou em uma violência simbólica que condena os ilegítimos ao ressentimento e os legítimos à culpa. (HEINICH, 2002, p.75, tradução nossa).

A perspectiva do texto é fazer indagações à teoria e ao método de investigação literária proposto por Pierre Bourdieu, principalmente a uma tendência à normatividade identificada como uma posição que visa, mais ou menos conscientemente ou explicitamente, a valorizar ou a criticar seu objeto (HEINICH, 2007b):

El proposito no es desmitificar las creencias ni denunciar las ilusiones, como haría un sociólogo crítico, sino comprender las razones de las representaciones y de las acciones. La función del sociólogo no es creer en la singularidad intrínseca del gran creador ni denunciar esta creencia como una simple representación o como una construcción social y, por conseguinte artificial. Simplemente, debe analizar la singularidad como um régimen específico de valorización, induciendo

un funcionamiento particular de los colectivos cuando las calificaciones espontáneas instauradas por los actores privilegian la unicidad, la originalidad, la anormalidad: este régimen de singularidad que es, precisamente, el del arte en la época moderna. (HEINICH, 2002, p.58).

A ciência das obras de Pierre Bourdieu

Pierre Bourdieu elaborou, nos anos 60, o conceito de campo desde uma reconstrução da sociologia da religião de Max Weber. Do mesmo modo que o conceito de *habitus* (disposições profundamente incorporadas), o sociólogo utiliza-o, ao longo de sua obra, como um instrumento de análise da diferenciação social, como nos chama a atenção Joseph Jurt (2007). Assim, o esquema bourdieusiano se diferencia da tradição de uma sociologia da literatura ao convocar um método científico para o estudo das obras e de seus criadores: **um desafio por excelência lançado à sociologia**, com observa Heinich (2007b). É o que se lê logo na primeira página do livro *As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário*:

Se me pareceu necessário evocar, de saída, alguns desses enfadonhos tópicos sobre a arte e a vida, o único e o comum, a literatura e a ciência, as ciências (sociais) que bem podem elaborar leis, mas perdendo a singularidade da experiência, e a literatura que não elabora leis, mas que trata sempre o homem singular, em sua singularidade absoluta, é que, indefinidamente reproduzidos por e para a liturgia escolar, eles estão também inscritos em todos os espíritos moldados pela Escola: funcionando como filtros ou anteparos, ameaçam sempre bloquear ou confundir a compreensão da análise científica dos livros e da leitura. (BOURDIEU, 1996, p.11).

A teoria do campo não reduz a literatura ao texto e nem a situa por meio da vaga e ampla noção de contexto. Não lhe interessa demarcar uma ordem de precedências entre literatura e sociedade. Escapa às “teorias do reflexo”, que estabelecem homologias diretas entre as obras e a sociedade. Seu ponto de partida é o de que a construção dos sentidos das obras literárias depende das relações entre os diversos agentes que as produzem: autores, críticos e editores. Esses espaços relativamente autônomos possuem uma rede de instâncias específicas que funcionam como mediadoras entre os produtores, a obra e o público.

Falar sobre os princípios do campo literário e sobre suas leis de reprodução significa buscar as formas históricas dos enfrentamentos simbólicos entre as posições de pretendentes e dominantes. As conquistas de independência em relação às instâncias

de poder, travadas pelos agentes com o exterior, são tão decisivas para a estruturação desses espaços sociais quanto as conquistas de posições em relação às dependências internas ao próprio campo. As propriedades específicas, as características herdadas ou inventadas por cada posição independem de seus ocupantes ocasionais, o que permite ao sociólogo elevar o princípio de cada campo à condição de lei geral de funcionamento dos campos (BOURDIEU, 1984). Se certos ocupantes permanecem presos a posições que não mais lhes pertencem não quer dizer que esses nostálgicos possam ser considerados proprietários.

É da maior importância a lei que estabelece que o funcionamento de qualquer campo só é possível através das lutas de concorrências e interesses entre recém-chegados e estabelecidos. O que está em jogo é o monopólio de uma violência simbólica em torno, por exemplo, de quem tem maior autoridade ou do que é considerado legítimo ou ilegítimo. Essas lutas correm o risco de resvalar para toda sorte de clientelismo interno e de laços de privilégio entre os agentes e as instâncias exteriores de poder. É interessante observar os exercícios dos poderes de consagração, de publicação e de financiamento no interior de campos específicos como o da literatura. Ilustrativa é a prática do pagamento como garantia de existência para o mundo quando um escritor investe por ele próprio na publicação de seu livro. A edição é uma atividade acima de tudo comercial; a identidade do autor depende da afirmação, impressão e circulação de seu nome. Daí o uso das relações para se fazer publicar e reconhecer, independente dos princípios de hierarquia e consagração internos ao campo. Mesmo considerando a oposição, de acordo com Bourdieu (1996), entre os defensores das obras feitas para o público (os que se rendem às demandas do mercado e às formas do sucesso temporal) e os das obras que devem fazer o seu público (os independentes, submetidos apenas às regras e hierarquias do campo). Esta prática do pagamento privado das edições geralmente acontece nos estágios de insipiência do campo literário e da própria definição das funções e atributos dos autores, que em um dado momento histórico, apropriam-se monetária e moralmente dos produtos de seus trabalhos, como veremos a seguir.

A condição para a entrada e permanência nesses espaços é o conhecimento, muitas vezes não consciente, e o reconhecimento, muita vezes involuntário, das regras do jogo. Conhecimentos e reconhecimentos são expressões do sistema de disposições duráveis dos indivíduos, seus *habitus*. Com isso, cada agente vai acumulando capital específico do qual poderá lançar mão quando necessário. Esses determinantes tomam a forma de interações sutis, invisíveis ou dissimuladas que, não deixando de ser reais, têm o poder de definir as estratégias e tomadas de posição de escritores, editores e críticos. Ou seja, em se tratando de arte e literatura, as determinações exercidas por suas leis de funcionamento são, a um só tempo, simbólicas e materiais.

Uma outra propriedade específica dos campos é a partilha de interesses e crenças comuns. Por paradoxal que pareça, os indivíduos de um mesmo campo acreditam nas simbologias da dominação que lhes são arbitrariamente impostas por meio de normas e sanções, ainda que seus movimentos se restrinjam a uma apertada rede de relações hierárquicas e excludentes. São os embates revestidos de crença e legitimidade que permitem os deslocamentos, as rupturas e transformações históricas. Daí a importância do conceito de *habitus*, esse conjunto de disposições profundamente incorporadas, nem sempre conscientes e objetivas, que formam involuntariamente os indivíduos e se expressam nos modos do comportamento e do pensamento, desde o olhar aos mínimos gestos do corpo, do andar às opiniões e preferências de gosto estético.

Mas os poderes no mundo literário são frágeis, mesmo os poderes de edição, os exercidos pelas impiedosas leituras críticas, pelos júris dos concursos literários e por toda espécie de jogos mundanos. As conseqüências das particularidades desse mundo às avessas e de seus critérios de valor podem ser comprovadas na facilidade com que são desacreditados, desmistificados e denunciados, de maneira a se evidenciar a constância de uma propriedade comum: a discordância entre um regime de excelência legítima e um regime de valores heterônomos associados ao mundo ordinário (HEINICH, 1993). Não por acaso a prática do desvendamento e da denúncia é recorrente nesse meio e consome, em algumas situações, toda a energia intelectual de seus protagonistas.

Cada campo inventa uma noção de literatura e de escritor. O conceito de campo não pode ser compreendido sem a noção de autonomia relativa, definida e conquistada no curso do processo histórico. Situado na cronologia das relações literárias e políticas da Paris de 1850 a 1880, Pierre Bourdieu, no livro *As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário*, realiza o estudo do romance *Educação Sentimental*, de Gustave Flaubert. Com a análise da obra, da trama dos heróis e jovens herdeiros, agregada ao percurso do autor e de seus contemporâneos, o sociólogo evoca a reivindicação de autonomia na história da produção literária. Bourdieu acrescenta a esse romance, em particular, uma leitura diversa a dos manuais de teoria da literatura. Nesse livro aparece claramente a construção de um objeto historicamente situado, bem como as tensões entre a elaboração de um modelo analítico de tendência universal e as singularidades da experiência francesa.

É interessante notar que o conceito de campo evolui com a pesquisa. Considerando o ponto de partida da argumentação de que a afirmação do autor como indivíduo singular é correlata ao processo de institucionalização da atividade literária, logo deparamos com a historicidade dos conceitos e categorias que definem escritor e literatura para a Sociologia. Afinal, o singular não é propriedade desencarnada e atemporal, mas um dos fundamentos da civilização ocidental. O sociólogo Alain Viala

(1985), por exemplo, situa os lances iniciais do campo literário francês em meados do século XVII. De acordo com o autor, é no período clássico que se encontra um complexo histórico no qual a literatura adquire um valor autônomo e institucionaliza a sua prática em relação ao Estado absolutista. É aí que aparece a figura do escritor por meio de um grupo autodenominado “*gens de lettres*”, que “se diferencia dos doutores da universidade ligados aos poderes eclesiásticos”, acrescenta Gisèle Sapiro (2007, p.15). No século XVIII, com as academias e demais instâncias específicas de consagração, os cafés, os salões, os periódicos, as sociedades de letras, a boêmia, as pequenas revistas, o mercado de livros em franca expansão, a literatura já demarca uma esfera pública própria, ainda conforme a autora, separada do pólo universitário da Igreja.

Até a segunda metade do século XIX, entretanto, o mundo religioso e o mundo das letras conviviam fazendo com que a literatura ficasse submissa ao poder eclesiástico. O processo de laicização dos Homens de Letras acaba inaugurando uma nova fé e divulgando a crença no iluminismo, no humanismo e na razão (SAPIRO, 2007). É aí que a figura do escritor reveste-se dos valores de um santo laico e que se desenvolve a ideologia romântica do gênio criador, como argumenta Paul Bénichou (1981). É a emergência de um poder espiritual laico, de verdadeiro sacerdócio a serviço da originalidade e da beleza do estilo.

Para Bourdieu, na segunda metade do século XIX as posições de poetas e escritores se diferenciam em oposição ao mundo burguês representado pela imprensa. Os literatos são levados a inventar novas formas de vida e de expressão e passam a medir o grau de suas independências pelas relações que estabelecem com a economia, representada pelo mercado de edições, pelas formas do sucesso mundano e pelas práticas ordinárias de consumo cultural. É nesse momento que os valores da gratuidade se opõem aos valores da utilidade, o mundo da arte é pensado contra o mundo do dinheiro. A partir dessas oposições estruturais do campo literário é que se impõem os critérios da legitimidade, que são o exercício dos poderes arbitrários das instâncias de consagração (BOURDIEU, 1992), ao mesmo tempo em que se reforçam as representações do escritor individualista e livre, aponta Gisèle Sapiro (2007).

Enfim, os critérios para que um campo se torne autônomo estão sintetizados nessa passagem do sociólogo:

O grau de autonomia de um campo de produção cultural revela-se no grau em que o princípio de hierarquização externa aí está subordinado ao princípio de hierarquização interna: quanto maior é a autonomia, mais a relação de forças simbólicas é favorável aos produtores mais independentes da demanda e mais o corte tende a acentuar-se entre os dois pólos do campo, isto é, entre o subcampo da produção restrita, onde os produtores têm como clientes apenas os outros

produtores, que são também seus concorrentes diretos, e o subcampo da grande produção, que se encontra simbolicamente excluído e desacreditado. (BOURDIEU, 1996, p.246).

Restam não poucas questões: a autonomia conquistada historicamente pelo campo literário e o regime de singularidade ao qual estão submetidos os escritores no mundo moderno se equivalem? Como negociar o compromisso da singularidade e a participação na vida coletiva? Quais são os problemas postos pela autonomia? Quais são os problemas postos pela singularidade?

Como uma formalização desses impasses, apresento um conto de Jorge Luis Borges.

Autoria e práticas culturais

No conto “Borges e eu”, a figura que narra, o próprio escritor Jorge Luis Borges, confessa não se reconhecer em seu nome impresso na página de um livro, quanto vinha em uma lista de professores ou dicionário biográfico (BORGES, 2008, p.54). O escritor de “carne e osso” gostava de passear pelas ruas de Buenos Aires, tomar um café, apreciar as coleções de manuscritos do século XVIII, os relógios de areia, os mapas e ler a prosa de Stevenson. Do outro, do que vinha no nome impresso, do autor, o escritor só tinha notícias pelo correio. Ao autor agradavam as mesmas coisas de predileção do escritor, mas de um modo vaidoso que as transforma em atributos de um ator. Não que a relação dos dois fosse hostil, um devia a existência ao outro: “eu vivo, eu me deixo viver, para que Borges possa tramar sua literatura, e essa literatura me justifica”. No final do conto, o escritor confessa não saber qual da metade o tivera escrito, se ele ou o autor/ator.

De que modo compreender a incompreensão de Borges? O conto nos fala, lembra o historiador Roger Chartier (2000), da figura do autor como uma construção que se distancia da existência comum do escritor. O nome do autor acaba capturando o eu subjetivo e singular do sujeito que escreve. A espetacularização do autor finda por revestir-se de todos os atributos do ator e, com isso, torna-o um personagem público, um ser de glória que necessita representar uma ou várias identidades em resposta à demanda de seus pares e concorrentes, de seus editores ou de seu público anônimo de leitores. O conto nos mostra que a atividade literária exige o desempenho de papéis sociais.

O conto nos fala das ambivalências de um escritor que se vê tão separado de sua obra a ponto de indagar-se o que lhe pertence e o que pertence à figura de

um ator que a representa. Mas compreender a cisão entre as metades de Borges não quer dizer obrigar-se ao imperativo de conciliá-las. Tudo leva a crer que, no modelo de fazer literatura apresentado pelo argentino, a particularidade do escritor é representada por meio das ambivalências entre um indivíduo que conhece as regras do sistema de valores e experiências sociais ao qual pertence, e que nem por isso deixa de escrever e usufruir a vida, e um autor/ator, que age como se estivesse alheio a este sistema de valores e experiências. Ambas as metades fazem parte de um mesmo jogo, que pode ser jogado como a urdidura do mito do artista nato e do escritor inspirado. No conto, o escritor acaba por nos apresentar os critérios para a construção de sua autenticidade. Como formalização do conflito, Borges utiliza a auto-ironia. O escritor que narra, então, movimenta-se entre as posições e negocia seus atributos, vocação e talento, com as regras da arte e de outras posições, como a do autor-ator, que não deixa de ser ele mesmo.

Se quisermos compreender com maior clareza os efeitos produzidos pelo modelo literário posto em funcionamento na trajetória e na obra de Jorge Luis Borges, um autor objeto de vasta fortuna crítica, o trabalho do sociólogo Sérgio Miceli (2007) é uma referência importante. Nele, o sociólogo parte da formação literária e intelectual do escritor, de seus vínculos familiares e da proximidade dos círculos literários favorecida por sua situação social, para compreender as condições da realização de sua vocação. As projeções e assimilações de modelos literários postos à sua disposição pelo pai e amigos da família Borges foram decisivas não só para a definição dos rumos da carreira do escritor, mas até para que sua biografia passasse a ser produtora de significados do que é ser um homem de letras e de gênio. Estavam postas, desse modo, as condições para a formação de uma verdadeira “lenda borgeana”, que também pode ser compreendida como a produção de um longo e duradouro “efeito Borges”.

Um outro caminho para a compreensão do dilema de Jorge Luis Borges é situar, no movimento da história, a construção de seu *habitus* dissonante, de sua existência contraditória e dividida entre o mundo pessoal e os valores que circulam no mundo artístico. As metades e ambivalências que compõem a individualidade de Borges podem ser postas em relação a outros modos de ser, a outras individualidades e ambivalências. Quer dizer, um modo de compreender a diferença do escritor pode ser comparando-a a outras diferenças, ou incluí-la em um grupo de pares que confirme a experiência de uma formação comum. Mas, e se a experiência social de um escritor não corresponder às figuras de autor oferecidas por sua República das Letras? Daí uma questão se impõe: como em sociologia trabalhar com a norma e a exceção?

Com Bourdieu pode-se inferir que a originalidade do artista é um modo de gerir e reproduzir, de formas inesperadas, um capital inicial que se apresenta como herança, quer dizer, como “a conservação do patrimônio cultural entre as gerações”

(BOURDIEU, 1996, p.26). Nesse sentido, Gustave Flaubert vem na linha direta de antecedência ao argentino nos dilemas do “eu criador”. O escritor francês conseguiu formalizar em sua obra a ligação entre dois mundos opostos, a arte e o dinheiro. A ambiguidade vivida pelos personagens jovens herdeiros ou pequenos burgueses era a mesma dos produtores, escritores e editores, na rotina de suas trajetórias, posições e tomadas de posições. No romance de Flaubert, as regras do campo tomavam a forma de uma tensão constante entre as forças de atração ou repulsão que o poder exercia sobre os personagens, do romance ou da vida real, e a inércia de seus agentes, que tendiam a reproduzir suas posições. Daí os escritores, na configuração de Flaubert, inventarem uma forma de amor pela arte que opunha o universo da criação e de seus criadores ao mundo frio, temido e fascinante dos negócios.

Não podemos suprimir os laços estreitos entre a criação e a mediação na atividade literária. O autor é uma urdidura que envolve uma série de mediadores, é uma figura forjada no molde de uma subjetividade original e que, uma vez tendo imposto seu nome, enfrenta, no curso da história de sua afirmação, a arena monopolizada pelos editores, onde passa a disputar o direito à propriedade monetária sobre o produto do seu trabalho. Já dissemos que toda a gloriosa história do autor se confunde com o processo de individualização no Ocidente. Esse processo, afirma Bernard Edelman (2004), é essencialmente jurídico. É nas disputas jurídicas que podemos encontrar a passagem da figuração do autor a serviço da cidade ou de Deus a uma figuração que afirma um indivíduo a serviço dele mesmo, e que podemos, acima de tudo, localizar o nascimento do direito de propriedade do autor sobre a sua obra. Emergem os conflitos entre o eu criador e as forças do mercado, de que tanto padeceu Flaubert. Ser um autor significa obter a consagração da expressão de sua singularidade e de sua criação, ambos símbolos da liberdade do indivíduo e fundamentos da civilização ocidental. Assim, ainda conforme Edelman, a história do direito do autor pode ser escrita como a narrativa da lenta conquista de sua soberania. O desenvolvimento histórico do direito do autor começa a emergir com a invenção da imprensa, no fim do século XVI, afirma-se no curso do século XVIII contra o poder real e triunfa no século XIX, para se confrontar hoje ao mercado e às novas tecnologias (EDELMAN, 2004).

Na perspectiva da socióloga Nathalie Heinich (2002, 2007a), a noção de autenticidade é um valor construído socialmente, que investe o trabalho de criação artística e as representações que concernem a essa atividade. Deste modo, cabe a elaboração de problemáticas e modelos de compreensão capazes de apreender o trabalho de criação a partir de uma abordagem analítica pragmática e descritiva, nas configurações concretas nas quais as obras são produzidas, transmitidas e percebidas.

Há, no entanto, outros pontos de referência sobre as dependências recíprocas entre os escritores e as configurações literárias em que se inserem. Desafio maior é passar das condições de produção das obras literárias para o estudo das condições de sua recepção. O problema da autoria pode deslocar-se do indivíduo que concebe as obras para o universo de outros personagens da significação, como os leitores. Cada gênero de textos supõe códigos de recepção próprios, cada livro busca uma categoria de leitores. Mas a leitura pode ou não corresponder às intenções dos autores dos textos e dos editores de livros e impressos. É certo, como nos diz Roger Chartier (1990), que os sentidos dos livros resultam das estratégias editoriais que regulam e até mesmo orientam a recepção, compondo e recompondo comunidades de leitores. No momento em que a atividade editorial atinge níveis profissionais, seus agentes passam a operar com regras mais claras, a selecionar com cuidado o que oferecer ao público, o que se pode ou deseja ler. Mas a prática da leitura, ainda que configurada em comunidades de interpretação, pode imprimir significados insuspeitos ao texto lido e escapar de todos os constrangimentos impostos.

Desse modo, as práticas e o sistema de representações culturais não se reduzem à medição do consumo segundo as desigualdades econômicas entre os leitores. O gosto pelos livros de literatura, por exemplo, não se restringe à ordem da carência ou do excesso material de quem os lê. Se, por um lado, o parâmetro da desigualdade pode fundamentar as condições sociais de produção dos leitores, as competências e necessidades do público, por outro, as representações mentais, no fim das contas, não são estruturas universais irreduzíveis às condições objetivas, como quis Pierre Bourdieu. A exclusividade do critério da determinação pura e simples da objetividade sobre a subjetividade denuncia fôlego curto quanto aos matizes, negociações, jogos, brincadeiras e demais atribuições na experiência estética da fruição literária. O que dizer das inúmeras formas e relações com os textos nas situações concretas de leitura? As categorias mentais que resultam das incorporações profundas e complexas de toda uma vida são apenas expressões das categorias sociais relativas às posições no espaço social?

Sobre o que há de criador e distintivo em práticas culturais como a leitura e sobre os possíveis e plurais do encontro entre os livros e seus leitores, Bourdieu não foi muito longe em tudo o que teria a nos dizer. Em debate com Roger Chartier (1996), parte do ponto de que a leitura é um consumo cultural entre tantos outros. Em seguida, chama atenção sobre as oposições entre as posições de auctor, como aquele que produz ele próprio e cuja produção é autorizada pela auctoritas, e o lugar a partir do qual falam os analistas, que é de lector, alguém cuja produção consiste em falar das obras dos outros, para advertir que,

Historicizar nossa relação com a leitura é uma forma de nos desembaraçarmos daquilo que a história pode nos impor como pressuposto inconsciente. Contrariamente ao que se pensa comumente, longe de relativizar ao historicizá-la, também nos damos um meio de relativizar sua prática, portanto, de escaparmos à relatividade. (BOURDIEU apud CHARTIER, 1996, p.233).

Quando o sociólogo interroga, nas situações de pesquisa, sobre as práticas ordinárias de leitura, não se pode desconsiderar nas respostas os efeitos de legitimidade que os textos literários induzem. As declarações podem estar manipuladas por esses efeitos, pontua, no mesmo debate, Pierre Bourdieu. Afinal, é a produção do universo da crença que faz com que um objeto seja reconhecido como cultural. Os testemunhos de leitura podem ser pautados igualmente pelas competências adquiridas ou herdadas:

Nessas condições, onde encontrar indicadores dessas leituras diferenciais? Pois face ao livro, devemos saber que existem leituras diversas, portanto competências diferentes, instrumentos diferentes para apropriar-se desse objeto, instrumentos desigualmente distribuídos, segundo o texto, segundo a idade, segundo essencialmente a relação com o sistema escolar, a partir do momento em que o sistema escolar existe. E tanto quanto se saiba, para nossas sociedades, o modelo é relativamente simples. A leitura obedece às mesmas leis que as outras práticas culturais, com a diferença de que ela é mais diretamente ensinada pelo sistema escolar, isto é, de que o nível de instrução vai ser mais potente no sistema dos fatores explicativos, sendo a origem social o segundo fator. (BOURDIEU apud CHARTIER, 1996, p.237).

No entanto, as diferenças em matéria de gosto, os costumes e referências no mundo da escrita e da literatura podem ou não coincidir com as posses ou destituições de bens simbólicos, como os níveis de estudo, as competências culturais e linguísticas e os diplomas. O que dizer do princípio, em todo o pensamento bourdieusiano, que vincula as categorias de percepção e conhecimento às origens sociais e às posições ocupadas pelos agentes? Como escapar à vinculação, mais ou menos explícita, das representações aos grupos sociais? Dependendo do uso, o conceito de campo, ainda que com suas devidas mediações, pode acabar reproduzindo uma postura positivista que estabelece laços diretos entre a origem social dos autores e o significado das obras (VIALA, 1985).

Vejamos o que Nathalie Heinich (2007b, p.114, tradução nossa) tem a dizer sobre as relações entre a função simbólica do gosto estético e as determinações sociais, do modo como foi formulada pelo sistema bourdieusiano:

[...] segundo momento: à esta simbolização dos gostos se agrega sua ostensiva coletivização, no sentido de que eles aparecem determinados não pelas propriedades individuais mas pelos pertencimentos coletivos □ as classes e as frações de classes.

A explicação da simbolização do gosto estético e da fruição dos objetos impressos por meio da leitura, dessa forma, completa-se por uma explicação da ordem de uma determinação coletiva.

Por último, fica a pergunta: há lugar para o leitor autônomo e singular, no sentido de construtor de significados ante o texto lido, na teoria do campo literário?

Considerações finais

Quando a análise da atividade literária enfoca a autoria e as práticas culturais, o que mais desafia o sociólogo é o enfrentamento das diferenças e das ambivalências, o processo de criação e as marcas da originalidade. Diante do desafio, o argumento deste artigo interroga a teoria e o método de investigação literária proposto por Pierre Bourdieu.

Do trabalho do sociólogo destaco os usos dos paradigmas científicos para análise das obras literárias. Esses princípios são postos em prática por meio de pesquisas empíricas e no recurso às estatísticas, o que acaba por colocar as coisas e as pessoas em lugares configurados e relações interdependentes (HEINICH, 2007b). Com isso, o sociólogo coloca-se em uma posição peculiar ante aos textos que avalia, descartando os pressupostos da leitura estritamente estrutural, internalista e que sacraliza o funcionamento autossuficiente das obras. O sociólogo acaba por considerar a historicidade das situações de escrita e leitura.

Bourdieu rompe com a noção da subjetividade dos gostos, embora seu esquema de interpretação das obras literárias corra o risco de assumir um caráter denunciativo das ilusões concebidas como estratégias conscientes e inconscientes dos sujeitos. Na sua perspectiva, o sujeito criador comete “ilusões”, a um só tempo, dessubjetivadas e objetivadas pela análise sociológica, ainda que as forças coletivas às quais os agentes estão submetidos tenham suas leis próprias e sua autonomia e não se reduzam a meros reflexos da sociedade. Mas, nessa perspectiva, o sujeito, a individualidade, a originalidade, a singularidade só podem ser ilusões a desfazer (HEINICH, 2007b, p.119).

Assim, a teoria da dominação simbólica em literatura corre ainda o risco de ser posta em uso a serviço de posicionamentos, quer dizer, para justificar as posições

sociais, o gosto e as escolhas pessoais dos analistas, gerando uma lógica de clãs e afiliações. A leitura sociológica passa a assumir um caráter normativo e um dos efeitos dessa tendência normativa é o reducionismo crítico e o retorno inesperado e contínuo do fantasma das valorações.

Se, de outro modo, o sociólogo da literatura assume uma postura compreensiva e se pergunta pela lógica dos valores assumidos pelos atores e os modos como são representadas social e historicamente as particularidades das identidades do escritor, seu trabalho não é o de desmitificar crenças ou denunciar ilusões (HEINICH, 2000).

HOW TO MAKE SOCIOLOGY OF SINGULARITY? AUTHORSHIP AND LITERARY FIELD

ABSTRACT: *If the starting point of sociology of the author statute in literature is the social functioning of the pieces and also the conditions of their production in specific space, the way to analysis should follow the logic which is the base of that creation. The modern literary activity isn't free of the tension between the affirmation of individual singularity associated value and the collective rules that form and guide the literary world relations, like the ways of acclaim and acknowledgment. From there comes the shock between the ways of individual behavior and the organization of social institutes that set the literary world. The goal of this article is to place the author, while a historical subject of a "singularity regime", in front of the structure of the literary field. In order to achieve that, the article establishes a possible dialogue between the comprehensive approach of the sociologist Nathalie Heinich and the science of literary works designed by Pierre Bourdieu.*

KEYWORDS: *Literary field. Singularity. Literary authorship. Author's right. Literary institutions.*

REFERÊNCIAS

BÉNICHOU, P. **La coronación del escritor:** 1750–1830: ensayo sobre el advenimiento de un poder espiritual laico en la Francia moderna. México: FCE, 1981.

BORGES, J. L. Borges e eu. In: _____. **O fazedor.** São Paulo: Cia. das Letras, 2008. p.54-55.

BOURDIEU, P. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. O mercado dos bens simbólicos. In: _____. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção de Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 99-181.

_____. Quelques propriétés des champs. In: _____. **Questions de Sociologie**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984. p.113-120.

CHARTIER, R. Magias parciais de Borges. In: _____. **El juego de las reglas**: lecturas. Selección de Marta Madero, prólogo de José Burucúa e traducción de Mirtha Rosenberg y Cristina Sardoy. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2000. p. 27-30.

_____. A leitura: uma prática cultural: debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: _____. **Práticas de leitura**. Tradução de Cristiane Nascimento. 2.ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p.231-253.

_____. Por uma Sociologia Histórica das práticas culturais. In: _____. **A história Cultural, entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Difel, 1990. p.13-28.

EDELMAN, B. **Le sacre de l'auteur**. Paris: Seuil, 2004.

HEINICH, N. La Sociologie à L'épreuve de L'art: deuxième partie: Entretiens. Paris: Aux Lieux D'être, 2007a. Tome 2.

_____. Pourquoi Bourdieu. Paris: Gallimard, 2007b.

_____. **La Sociología del Arte**. 1.ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2002.

_____. **Être écrivain**: création et identité. Paris. La Découverte, 2000.

_____. Publier, consacrer, subventionner: les fragilités des pouvoirs littéraires. **Terrain**, Paris, n.21, p.33-46, 1993.

JURT, J. El aporte de la Teoría del campo a los estudios literarios. In: PINTO, L.; SAPIRO G.; CHAMPAGNE, P. **Pierre Bourdieu Sociólogo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2007. p. 182-198.

MICELI, S. Jorge Luis Borges: história social de um escritor nato. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.77, p.155-182, mar. 2007.

SAPIRO, G. Je n'ai jamais appris à écrire: les conditions de formation de la vocation d'écrivain. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, n.168, p.12-33, 2007/3.

VIALA, A. **Naissance de L'écrivain**: sociologie de la littérature a l'age classique. Paris: Minit, 1985.

Recebido em setembro de 2008

Aprovado em março de 2009